

Emendas ao orçamento pedem Cr\$ 27 bilhões

A necessidade de fortalecimento financeiro de algumas áreas prioritárias do futuro governo de Joaquim Roriz levou seis parlamentares (quatro de Brasília) a apresentar ontem 22 emendas propondo suplementação de recursos no Orçamento Geral da União para serem repassados ao GDF. No total, essas emendas prevêem um aumento de Cr\$ 27 bilhões na capacidade de investimento do DF para o próximo ano, o que representa cerca de 20 por cento do orçamento do DF para 1991, de Cr\$ 138 bilhões.

Os parlamentares apresentaram as emendas à Comissão Mista de Orçamento Geral da União no Congresso Nacional baseados em subsídios colhidos junto à equipe de transição do GDF, propondo a destinação de mais Cr\$ 7,8 bilhões para a área de educação; Cr\$ 7,7 bilhões para segurança pública; Cr\$ 11,3 bilhões para saúde; e, ainda Cr\$ 100 milhões para o projeto inicial do metrô de superfície. Estes números são em valores de maio e serão reajustados por um índice ainda a ser definido.

O fornecimento desses subsídios para parlamentares foi o primeiro trabalho concreto da

Comissão de Transição empossada quinta-feira passada por Joaquim Roriz. Ele havia pedido prioridade total para o assunto, já que o prazo de apresentação de emendas se encerrava esta semana — foi prorrogado até amanhã à noite. Dos dos seis parlamentares que apresentaram as emendas são quatro do DF; Meira Filho (senador) Jofran Frejat, Francisco Carneiro e Valmir Campelo (deputados). Os outros dois, que mesmo não sendo de Brasília apresentaram emendas de interesse da cidade, são o senador Mauro Benevides (CE) e o deputado Cid Carvalho (MA).

EXPECTATIVA

Segundo um técnico da área financeira, se 50 por cento das propostas passarem já será uma grande vitória, visto que todos os deputados apresentam emendas semelhantes visando beneficiar seus respectivos estados.

Satisfeito com a iniciativa dos parlamentares, o secretário de Planejamento do atual governo e um dos integrantes da comissão de transição, Celsius Lodder, disse que estas proposta de suplementação orçamentárias não têm nada de excepcional ou de privilégio para o DF.

CORREIO BRAZILENSE 23 OUT 1990